UNIVERSIDADE PÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: O DESAFIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A MUDANÇA SOCIAL

Úrsula Adelaide de Lélis – Universidade Estadual de Montes Claros,
Universidade Federal de Uberlândia – ursulalelis@ig.com.br
Maria Vieira da Silva – Universidade Federal de Uberlândia – mvs@ufu.br

Resumo

O processo de enquadramento aos ideários neoliberais do capital tem plasmado parcelas significativas da sociedade. Nesse contexto, os movimentos sociais, mesmo desenvolvendo medidas de enfrentamento e oposição a esses ataques, acabam por sofrer influências, rupturas e reordenamentos. Ganham relevo, assim, os seus papéis e funções intrínsecos, porém não únicos, de educar os sujeitos a fim de sustentar a luta pela construção de uma sociedade de iguais singulares, e, portanto, pelo fim do capital. Contudo, tais papéis e funções não se circunscrevem apenas a esse âmbito, devendo estender-se por outros espaços, dentre os quais, a Universidade Pública, centro de formação em nível superior de professores do campo.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Universidade Pública. Formação de Professores.

Introdução

Em tempos de neoliberalismo e "pós"-modernidade, sujeitos e instituições têm seus papéis e funções, por vezes, ressignificados em favor da constituição e manutenção de uma ordem que horizontalize a sociedade seguindo os ideários do capital. Nesse contexto, ocorrem embates entre variados segmentos das faces civil e política do Estado, expressando correlações de força que movem e determinam a sociedade.

Os movimentos sociais – que expressam as lutas que os sujeitos engendram no âmbito do Estado e refletem formas de resistência às condições materiais e simbólicas por meio das quais produzem suas vidas enquanto alternativas de superação ao que está posto – não estão imunes a esse processo de horizontalidade deslanchado pelo capital. Diuturnamente, seus princípios, bases e fundamentos são alvo das tentativas modeladoras do capital, cujo objetivo é "enquadrá-los" aos seus ideários.

Sem embargo, mesmo desenvolvendo medidas de enfrentamento e oposição aos ataques neoliberais do capital, esses movimentos acabam por sofrer influências, rupturas e reordenamentos nas suas bases materiais e simbólicas.

Constituídos a partir das demandas do tempo vivido, das contradições enfrentadas cotidianamente pelo homem enquanto produz a vida, os movimentos sociais são fruto das ações humanas empreendidas em tempos e lugares próximos e distantes. São resultado da *praxis* permeada por lutas contra estratégias articuladas em torno do esvaziamento do seu caráter político, da fragilização dos seus ideais, da retirada da centralidade da luta de classes do seu cerne. Com a consumação de tais estratagemas, questões pertinentes ao trabalho são afastadas dos centros de suas lutas, como se todas as questões sobre a relação capital/trabalho estivessem resolvidas. Como resultado, ocorre o adensamento das lutas em favor da composição de uma sociedade fundamentada nos princípios do capital, destituindo esses movimentos da sua capacidade de arregimentar a mudança social.

Diante disso, é preciso que se argumente a favor da deliberação de uma "causa primeira" no cerne dos movimentos sociais, como possibilidade para que se tornem realmente combativos, resistentes e opositores à forma de organização atual da sociedade, perspectiva que sublinha a importância da formação dos sujeitos no seu interior e fora dele, como no âmbito da Universidade Pública, quando da oferta cursos de formação de professores do campo, que devem agregar conhecimentos específicos e universais para atender às demandas postas pelos movimentos.

Nesse sentido, parece-nos urgente retomar dois flancos desta discussão. Um primeiro refere-se ao papel e à função dos movimentos sociais, a fim de estabelecer reflexões e parâmetros que contribuam para a (re)afirmação da sua importância política, social, econômica e educativa na sociedade. Tal discussão passa, necessariamente, pelo resgate do seu papel e função educadora de sujeitos que sustentarão a luta engendrada historicamente pela construção de uma sociedade de iguais singulares, e, portanto, pelo fim do capital.

O outro coloca em pauta a Universidade Pública, concebida como centro de criação e produção de conhecimento – através da unidade pesquisa, ensino e extensão[1] –

[1] Vale ressaltar que, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) reafirmou a "indissociabilidade" entre o ensino, a pesquisa e a extensão, já destacada pela Constituição Federal de 1988, ao mesmo tempo em que criou os Institutos Superiores de Educação (ISE), com função apenas de

comprometida com a formação crítica e contextualizada de profissionais do magistério, através de cursos de licenciatura, especialmente, dos professores do campo.

Contribuir com esta discussão é a proposta deste texto: por que e como os movimentos sociais devem formar os seus sujeitos para a mudança social, e qual o papel da Universidade Pública, através de cursos de formação de professores do campo, em tal processo.

Esta discussão inicia-se apontando algumas reflexões sobre o sentido da utopia na constituição dos movimentos sociais e da Universidade Pública, enquanto força político-social para se arquitetarem mudanças. Posteriormente, abre-se para uma discussão sobre o papel e a função educadora dos movimentos sociais: a formação dos seus membros. Em seguida, apresenta-se uma análise sobre a necessidade premente das Universidades Públicas se arquitetarem em centros de reflexão crítica e historicamente contextualizada para a produção de conhecimento, especialmente através de cursos de formação de professores do campo.

Utopia enquanto força político-social que arquiteta mudanças

Há, na literatura, uma vasta construção teórica ladeada por dissensos em torno do termo utopia, especialmente quando o tema educação está em pauta. Do romance moreano[2], passando por Platão, Campanella, pelo positivismo de Comte, atravessando os clássicos marxistas, até chegar em Mannheim, Marcuse e Horkheimer, o termo utopia reveste-se de contraposições que o aproximam do sentido de idealização, de difícil ou impossível realização, lugar inexistente, idealismo, perspectiva a-crítica, abstração; bem como dos seus análogos: algo destinado a realizar-se, fundamento da renovação social, o possível de realizar-se; crítica ao existente e representação do que deveria ser, o ausente presente (ABBAGNANO, 2007).

Gentili (2008, p. 18) assevera que

> a utopia não pode ser vislumbrada do cume de um monte onde brilha arrogante o estandarte dos triunfadores. *A utopia é construída e imaginada dos precipícios, de onde se ascendem, dia a dia, as*

ensino, cedendo às pressões de grupos privatistas e apresentando-se como alternativa à expansão rápida da escolarização superior no país (GAMBOA, 2000).

[2] MORE, Thomas. ***De optimo reipublicae statu deque nova insula Utopia***. 1516.

> *aspirações de felicidade dos mais fracos, dos desamparados, dos exilados, dos muitos e muitas que sonham em ter nesse mundo um espaço de igualdade, direitos e dignidade* (grifo nosso).

As palavras de Gentili (2008) ultrapassam as negativas que envolvem o termo utopia, revestindo-lhe de significado positivo, afastando-o do sentido da abstração genérica, idealista, congregando possibilidades de mudanças a serem engendradas numa realidade que se apresenta inadequada aos que a arquitetam. Por isso, a utopia pode gerar sentidos tanto laterais, porque referentes a determinados grupos, como universais, quando alicerçados em aspectos constitutivos comuns da vida humana.

A utopia tem sido, portanto, como aponta Scherer-Warren (2005, p. 28),

> [...] o ingrediente necessário que possibilita a indivíduos e movimentos sociais transcender as limitações da realidade presente, procurando e lutando por uma nova e melhor vida social. As utopias, para superar desigualdades político-social (*sic.*) e a discriminação, tornaram-se importantes forças políticas com a percepção que a desigualdade tem raízes sociais, isto é, que as condições sociais de vida são socialmente criadas.

Nesse sentido, ela encontra-se entremeada na realidade humana de maneira potente, através da capacidade de antecipar "o vir a ser", "os possíveis" para além do que está posto. A utopia é a pedagogia da esperança, diz Gentili (2008). É o desejo de realização de um mundo a partir de determinadas circunstâncias. Sustenta, dessa forma, o desejo de transformação concreta da realidade. O utopista "[...] decompõe o real para recompô-lo segundo seu próprio nomos" (FORTUNATI, 2009)[3]. Se não há utopias, não se arregimentam mudanças. Elas criam "[...] espaço para o possível; contra qualquer aquiescência passiva ao estado presente" (CASIRRER, 1969[4] *apud* ABBAGNANO, 2007, p. 1174). Não são, portanto, abstratas.

Essas considerações iniciais sobre a utopia têm por fim incitar reflexões sobre o papel e função educadora dos movimentos sociais e da Universidade Pública. Nos movimentos, o papel e a função precípuos, mas não únicos, de preparar seus membros, sujeitos capazes de romper com a unilateralidade burguesa prevalecente na sociedade. Na Universidade Pública, a responsabilidade de produzir conhecimentos e formar criticamente o homem para lutar pela efetivação de uma sociedade justa.

---

[3] FORTUNATI, Vita (Universidade da Bolonha). In: Jornal da UNICAMP. 1º a 14 de junho de 2009.
[4] CASSIER. E. ***Saggio sull'uomo.***1944. Armando: Roma, 1969, p. 133.

Papel e função educadora dos movimentos sociais

O processo de formação intelectual, moral e social de uma pessoa passa por todas as esferas da sua vida, é tecido na confluência dos seus dias, a todo tempo, de todas as formas. É um processo simultâneo à própria vida. Entretanto, também exige uma preparação distinta, a partir da conexão com grupos sociais.

Os movimentos sociais, como legítimos espaços de formação humana, congregam os meios necessários à formação dos seus próprios membros. Eles têm a função de educar os sujeitos para alimentar a luta. Sujeitos dotados de capacidade dirigente, técnica, combativa, organizativa, em campos diversos, criando condições favoráveis à expansão da própria classe e sua luta, ao convencimento da legitimidade de suas demandas aos demais sujeitos da sociedade, e à arregimentação desses outros sujeitos em prol do próprio movimento. Dessa forma, a concretude educativa dos movimentos sociais vem do próprio envolvimento dos seus sujeitos que "[...] vivem em torno do *que* e *como* estão sendo; consequentemente, todas as dimensões de sua condição existencial entram em jogo" (ARROYO, 2003, p.36).

Sobre possíveis controvérsias que podem se estabelecer em torno dos movimentos sociais congregarem em si um princípio, uma matriz formadora, educativa, Arroyo (2003, p. 47) esclarece que eles repõem as questões clássicas da pedagogia e as utopias humanas, "eles nos educam e educam os coletivos que deles participam. Educam a sociedade. Agem como pedagogos".

A formação do sujeito, com a marca social do seu grupo, é registrada por Gramsci (2010) como função da escola, porquanto esta forma sujeitos com objetivos claros e definidos. Não se trata, é evidente, de uma formação conformada, mas sim de um processo formativo dialético, tensionado pelos vários interesses e conflitos que circundam os sujeitos em questão. Concordando que a escola forma a partir de marcas distintas reconhecemos, entretanto, que não cabe à educação escolar formar sujeitos para os movimentos sociais, o que descaracterizaria os próprios movimentos como arregimentação concretizada pela realidade. Mas, cabe aos movimentos sociais educar os seus sujeitos dentro dos seus limites, e garantir que esta formação seja contínua fora do seu âmbito, inclusive, na Universidade, para que sejam preservados os seus

fundamentos, características, místicas, bandeiras de luta e, principalmente, o seu sentido de classe.

Isto porque as relações sociais gerais (condição, posição, relações) distinguem as atividades intelectuais mais do que características intrínsecas de sua intelectualidade, "[...] o empresário pela sua função deve possuir em certa medida algumas qualificações e caráter intelectual, embora a sua figura social seja determinada não por elas, mas, pelas *relações sociais gerais* que caracterizam efetivamente a posição do empresário na indústria" (GRAMSCI, 2010, p. 18, grifos nossos). Assim, também "o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais [...]" (GRAMSCI, 2010, p. 18). Ou seja, o que primeiramente denota os sujeitos dos movimentos sociais é a sua própria condição de classe e não qualquer outro subterfúgio que possa ser usado para caracterizá-lo: "sem-teto", "sem-terra", "atingidos por barragens"... Esses são, antes de tudo, trabalhadores que pertencem a uma classe específica.

Desenha-se, portanto, o eixo da formação de todos os sujeitos dos movimentos: educar para a luta, não aquela das causas próprias em si, mas a da "questão primeira": a constituição de um sistema sociometabólico divergente do capital e suas formas, dado que,

> no passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas [...]. *O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e integrados a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de autoexpansão*. Hoje, ao contrário, *enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o sistema do capital como tal*, pois em nossa própria época histórica, [...], o sistema de capital global *é obrigado* a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (MÉSZÁROS, 2011, p. 95, grifos do autor e nossos).

A aparente apologia ao "fim dos sonhos" nas reflexões acima não o é, na realidade. Trata-se de pensar a tarefa atual necessária aos movimentos sociais de todas as vertentes como modo de empoderamento de suas capacidades e possibilidades de mudança. Trata-se de referendar o seu papel de formador não em torno de causas

particularistas, desarticuladas, a partir das quais não se poderá empreender nenhum movimento de mudança significativa hoje, dado o estágio de desenvolvimento e complexificação do sistema do capital, mas sim em torno de um ideal primeiro a partir do qual todos os demais poderão se materializar: a aniquilação do sistema do capital substituindo-o pelo sistema sociometabólico do trabalho, como defende Mészáros (2011) e outros estudiosos do tema.

Fragmentados em torno de suas "questões únicas", esses movimentos

> [...] podem ser derrotados e marginalizados um a um, porque *não podem alegar estar representando uma alternativa coerente e abrangente à ordem dada como modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social*. [...]. O trabalho não é apenas integrável [...], mas – precisamente como a única alternativa estrutural viável para o capital – pode proporcionar o quadro de referência estratégico abrangente no qual todos os movimentos emancipadores de "questão única" podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade (MÉSZÁROS, 2011, p. 96, grifo nosso).

Neste sentido, vale retomar a lembrança que os empecilhos – todos eles: religiosos, ideológicos, políticos, culturais, etc. – que se interpuseram ao capital, na sua trajetória como sistema de organização social, foram, quase em toda sua extensão, derrotados, estabelecendo a sua dominância como sistema global de organização social (MÉSZÁROS, 2011).

Também para Scherer-Warren (2005, p. 59), os movimentos sociais devem se organizar para além das suas demandas imediatas, pois "um projeto mais global de democratização da sociedade, para se concretizar, necessita da articulação das diferentes forças organizadas da sociedade civil e de representação através de partidos políticos".

Em ritmo cada vez mais acelerado e competente, o capital vai apoderando-se das formas de luta, realizando ciclos longos de mais valia relativa, recrudescendo-se contra possíveis insurgências contra o seu sistema.

O sucesso das armas ideológicas e materiais utilizadas por este sistema para a manutenção e ascendência da sua lógica, bem como para a correção dos rumos que sustentam o seu maquinário nos trilhos, depende, na ótica de Mészáros (2011, p. 220), "[...] da capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional". O refreamento de tal

movimento acontece quando este fragmenta e particulariza-se, uma vez que torna frágeis seus motes de lutas e subsumidos de um arcabouço potente o suficiente para alavancar as mudanças necessárias no sistema, visto que o alcance do sistema de capital é global e assim deve ser combatido.

Mesmo localizados em tempos e espaços específicos e mantendo as suas causas singulares, os movimentos locais ladeados pela "questão primeira" potencializariam suas ações e formariam os seus membros a partir desse princípio.

É preciso frisar que a "questão primeira", que deve constituir-se em eixo dos movimentos sociais, funde grandes questões, todas elas voltadas para uma mudança substancial nas relações de desigualdade social.

Movimentos sociais genuínos, de resistência, comprometidos e compelidos pela necessária, e já tardia, mudança social, têm a "questão primeira" como eixo, sustentáculo, base, princípio fundante e objetivo maior: a eliminação das forças de exploração humana, pelo capital. Por isso lutam pela eliminação do sistema sociometabólico do capital, entendendo que a centralidade capital/trabalho não foi vencida, que a História não chegou ao fim, e que é possível lutar pela mudança, e não por "pequenas concessões arbitradas".

Reafirma-se, assim, a importância de os coletivos formarem os seus membros, sujeitos que estarão habilitados a exercer as funções culturais, organizativas, políticas e sociais para assegurar a hegemonia do movimento. Porém, como afirmamos, esta formação não se circunscreve apenas ao círculo dos movimentos, uma vez que estes sujeitos participam da vida social nos seus diversos segmentos, atuando de maneira direta e indireta, influenciando e sendo influenciados por eles. Nestes espaços da vida social, a Universidade Pública ocupa relevante papel, especialmente a partir dos programas de inclusão e expansão dos cursos superiores, implementados na última década.

Recortando a inclusão e expansão do ensino superior para os sujeitos do campo, ganha relevância o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria nº 10/98 (BRASIL, 1998), com o objetivo de fortalecer a educação na reforma agrária através de projetos

educacionais, e ampliado em 2010, pelo Decreto nº 7.352/2010[5] (BRASIL, 2010), para os sujeitos do campo.

De 2003 a 2006, o PRONERA atendeu no nível superior, "[...] 5.194 trabalhadores/as em 36 projetos/convênios, envolvendo parceria com mais de 30 universidades públicas, além de CEFET´s, Escolas Família-Agrícola, Institutos de Educação e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação" (TAFFAREL; SANTOS JR, 2009, p.1). Vale ressaltar que, os dados de 2003 a 2009 revelam que este atendimento é maior nas regiões mais carentes do país (TAB.1).

TABELA 1
Atendimento do PRONERA, no ensino superior por região brasileira, período 2003-2009

Região	E. Superior	Especialização	Residência[6]	Total
Norte	2.647	0	110	2757
Nordeste	5.527	50	239	5816
C-Oeste	2.181	70	80	2331
Sudeste	2.098	38	65	2201
Sul	1.603	50	112	1765
Total	14.056	208	606	14870

Fonte: Brasil (2009)

A Universidade Pública tem, portanto, um compromisso com estes sujeitos, através de uma educação crítica, que os possibilite refletir sobre a realidade, nos seus múltiplos aspectos, entender-se como sujeito, agente de mudanças, de lutas democráticas materiais e simbólicas.

O compromisso da Universidade Pública com a formação dos sujeitos dos movimentos sociais, em cursos de formação de professores do campo

Diante dos argumentos expostos nas seções anteriores, é preciso analisar o papel da Universidade Pública na formação dos sujeitos dos movimentos sociais,

[5] O deste Decreto tornou o Pronera uma política pública permanente, e o público-alvo do programa, antes formado por assentados da reforma agrária, passou a englobar toda a população do campo: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, acampados,trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta e caboclos (http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=6852707).

[6] A residência no âmbito do PRONERA é ofertada em cursos agrários, como especialização.

entendida esta como espaço democrático de reflexão crítica e contextualizada, onde o sentido do público refere-se ao que é "de e para todos".

Concebida como espaço de construção e divulgação de conhecimento, o desenho da Universidade Pública deve ser o da "[...] 'consciência crítica da sociedade', ou seja, um corpo responsável por indagar, questionar, investigar, debater, discernir, propor caminhos de soluções, avaliar, na medida em que exercita as funções de criação, conservação e transmissão da cultura" (LUCKESI *et al*, 2007, p. 42-43). Contudo, inserida numa realidade organizada pelo sistema sociometabólico do capital, ela tende a apresentar posicionamentos anti-democráticos, quando se estabelecem ações de hegemonia e contra-hegemonia entre a Universidade e os sujeitos dos movimentos sociais.

Pensar a formação de professores do campo significa pensar nas demandas postas pelas suas realidades no cotidiano das suas práticas e realidades. Inicialmente, é preciso sublinhar, uma vez mais, a ideia de que os sujeitos organizam-se em movimentos sociais a partir do reconhecimento das suas demandas em torno de direitos. É essa consciência que os mantém e os fortalece na luta, que, em si, educa e constrói os quadros de liderança e sustentação dentro dos movimentos; portanto, qualquer proposta de educação que lhes for destinada deve levar em conta essa realidade.

Para os movimentos sociais, especialmente os do campo, a educação constitui-se item prioritário nas suas agendas de luta social porque representam não só resistência a projetos conservadores de educação, como também a defesa de um projeto popular (ANTONIO; MARTINS, 2009). Ela se estabelece como princípio fundante ao lado da luta pela distribuição de terra e contra o capital. Molina (2009), ao avaliar as conquistas dessa população, no que se refere à educação, destaca que, dada a materialidade de origem da educação do campo, não é possível analisar separadamente a garantia do direito à educação do direito à terra, ao trabalho e à justiça social.

É orgânica a relação dos movimentos sociais do campo com a educação, pois

> a escola, a capela, o lugar, a terra são componentes de sua identidade. Terra, escola, lugar são mais do que terra, escola ou lugar. São espaços e símbolos de identidade e de cultura. Os movimentos sociais revelam e afirmam os vínculos inseparáveis entre educação, socialização, sociabilidade, identidade, cultura, terra, território, espaço, comunidade. [...]. Há bases teóricas profundas, inspiradas nas

> concepções da teoria pedagógica mais sólida, nesses vínculos que os movimentos sociais do campo defendem entre direito à educação, à cultura, à identidade e ao território (ARROYO, 2007, p. 163).

A educação encontra-se interligada umbilicalmente às questões sociais da terra; "[...] quando já tem assegurada a posse definitiva da terra, o MST luta por um outro direito negado aos trabalhadores rurais – a educação. [...] procuram derrubar também as invisíveis, porém extremamente poderosas 'cercas do conhecimento', metaforicamente falando" (PEREIRA, 2003, p. 8). "[...] discutir o acesso a terra é também discutir educação e as formas de desenvolvimento sustentável para o meio rural", assinala Willian Clementino Matias, secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (INCRA, 2010). Analisando a proposta pedagógica do MST no Pará, Cordeiro e Scalabrin (2009, p. 4) ressaltam que este movimento, "[...] em sua trajetória de luta, tem a educação como um dos instrumentos de fortalecimento na caminhada rumo à conquista dos seus direitos".

Portanto, educação e movimentos sociais tecem um encadeamento de materialidades e simbolismos que entremeiam os seus princípios e fundamentos. Entretanto, não se pode esquecer de que, aparelho ideológico de hegemonia, os espaços de educação formal congregam forças e poder substanciais no que concerne à instauração de formas burocratizadas de educação, em consonância com os planos de manutenção do sistema do capital. Nesse sentido, serve ao capital como meio regulatório das relações que se estabelecem na sociedade.

As classes agregam no seu interior conhecimentos, técnicas e sapiências próprias, e quando perdem o monopólio sobre eles perdem seu *corpus identitário*, podendo entrar em declínio. O monopólio sobre esse *corpus* é assegurado pela obstinada manutenção dos seus valores mais profundos e pela formação dos membros do grupo. Se a educação de uma classe é transportada ao labor de outra classe, a primeira corre o sério risco de esfacelar o seu *corpus identitário*. Os cursos de formação de professores dos movimentos sociais devem, portanto, ter uma estreita relação com os princípios e fundamentos de luta e de vida destes movimentos.

Cumpre esclarecer que não se trata de defender os cursos de formação de professores como redutos de formação ideológica dos movimentos sociais, chancela da sua visão política, em detrimento da formação técnica, intelectual e humana, mas sim de

conceber que, pensados para esses trabalhadores, esses cursos não podem ter vieses ideológicos contrários aos fundamentos dos movimentos sociais. Ou seja, os fundamentos políticos, sociais, econômicos, epistemológicos, culturais e educacionais devem ser condizentes com as referências que balizam as ações desses movimentos, tanto no que diz respeito aos registros dos cursos (Proposta Político-Pedagógica), quanto ao que se efetiva nas construções materiais dos mesmos. Caso contrário, tem-se a composição oficial de mecanismos que subtraem as subjetividades coletivas dos sujeitos, negam um percurso de formação que seja capaz de interrogar e criar interlocuções com as referências dos sujeitos e impõem-se maneiras de pensar e agir diferentes, ou até mesmo subversivas em relação às que originam e sustentam suas práticas e simbolismos.

Configurar-se-ia, assim, um processo de cooptação de subjetividades, plasmando as utopias que sustentam a sua força político-social, produzindo ajustamento e conformidade aos parâmetros dos ideários que mantêm a sociedade atual. Nesse sentido, minar-se-ia a organização combativa originária de tais movimentos, já que é recorrente a ideia de que "dominar a sociedade por meio de algum tipo de 'consenso' em vez da imposição cruel das relações de poder estabelecidas para subjugar a oposição de classes" (MÉSZÁROS, 2007, p. 143) é uma estratégia eficiente.

Faz-se necessário frisar que as relações entre a universidade e os movimentos sociais não se dão de maneira conformada. Assim como a sociedade, a educação escolarizada é resultado das correlações de força que emergem no campo das lutas sociais travadas entre segmentos das faces civil e política do Estado. Há, portanto, no interior dos cursos de formação, um processo formativo dialético, dado que os sujeitos dos movimentos sociais imprimem a tais cursos muito dos seus ideais, modos de pensar o mundo e agir nele, arquitetando a esses espaços novos contornos, influenciando modos de fazer e pensar a educação.

Travam-se, desta forma, (co)relações ladeadas por tensões e embates tanto em nível ideológico, quanto material e didático-pedagógico, que não se restringem à circunscrição dos espaços imediatos, mas se desencadeiam por toda a sociedade.

Em síntese, pensar um curso de formação de professores do campo dentro da lógica dos movimentos sociais pressuporia a continuidade da formação dos sujeitos destes movimentos, que não se restringiria ao que lhes é peculiar, próprio, característico.

Ao contrário, expandir-se-ia formando os sujeitos para a vida social através do domínio de conhecimentos gerais e científicos que lhes permitam compreender, atuar e contribuir na solução de problemas sociais, políticos, culturais e específicos da produção e da organização da vida, onde estiverem (CASSIN; VALE, 2011). Visaria à formação omnilateral do educador, sujeito que se opõe à unilateralidade burguesa, e

> [...] não se define pelo que sabe, domina, gosta, conhece, muito menos pelo que possui, mas pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, gostar, conhecer coisas, pessoas, enfim, realidades – as mais diversas. [...] é aquele que se define não propriamente pela riqueza do que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável e imprescindível para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre (SOUZA JÚNIOR, 2009, p.1).

Visaria, enfim, à formação de trabalhadores da educação, que lutam pela mudança social, através de movimentos coletivos.

Considerações Finais

A tarefa de educar os seus sujeitos é um desafio posto aos movimentos sociais na vigência de tantos artifícios desencadeados para lhes suprimir os seus fundamentos básicos.

Em meio a esta tormenta, esses movimentos não podem se esquecer de que tal formação não se circunscreve apenas ao imediato do seu cotidiano, pois se estende aos vários processos vividos em tempos e espaços distintos, pelos seus sujeitos.

No rol desses espaços, encontra-se a Universidade Pública, com suas demandas e estratégias materiais e simbólicas, formando os sujeitos dos movimentos sociais responsáveis pela educação das gerações que lutam e lutarão pela mudança social, pela construção de uma sociedade de iguais singulares, nas escolas do campo.

Neste contexto, a dimensão pública da Universidade é colocada em xeque, uma vez que muitos dos seus fundamentos atendem às diretrizes impostas pelo atual sistema do capital. Diante desta prerrogativa, os movimentos sociais devem participar ativamente do planejamento, desenvolvimento e avaliação de cursos de formação dos seus membros, pois, se assim não for, entendendo a escola como aparelho de

reprodução da hegemonia dominante, corre-se o risco de adensamento e/ou subversão dos seus princípios e formas de luta.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANTONIO, Clésio A.; MARTINS, Fernando J. Estado, educação e movimentos sociais do campo: luta social pela educação do campo no Brasil. **Revista Caderno de Pesquisa**: pensamento educacional. v.4, n.8, jul/dez. 2009. Disponível em: < www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/edicoes.html>. Acesso em: 25/01/2010.

ARROYO, Miguel G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. In: CADERNOS DO CEDES. Centro de Estudos Educação e Sociedade. **Educação do campo**. v.27, n. 72, maio/ago. 2007.

_____. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Revista Currículo Sem Fronteiras**. v.3, n.1, p. 28-49, jan/jun 2003. Disponível em: < curriculosemfronteiras.org>. acesso em 23/08/2010.

BRASIL. Ministério Extraordinário da Política Fundiária. **Portaria nº 10/98, de16 de abril de 1998.** Cria o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, vinculando ao Gabinete do Ministro e aprova o seu Manual de Operações.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Total de Alunos do PRONERA** – consolidado por região. Brasilia, 2009.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 7.352/2010.** DOU 05.11.2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010.

CASSIN, Marcos; VALE, Samila B. do. **O assentamento Bela Vista e algumas reflexões sobre a relação trabalho rural e educação**. Revista HISTEDBR *On-line*. Campinas, n.41, p. 219-230, mar.2011. Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41/index.html>. Acesso em: 10/07/2011.

CORDEIRO, Georgina N. K; SCALABRIN, Rosemeri. **A relação teoria e prática**. Disponível em: <http://www.isecure.com.br/anpae/161.pdf>. Acesso em 10/08/2009.

GAMBOA, Silvio S. A pesquisa na construção da universidade: compromisso com a aldeia num mundo globalizado. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Pesquisa em educação**: história, filosofia e temas transversais. 2.ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador: UnC, 2000. Cap. 5, p. 77-92.

GENTILI, Pablo. **Desencanto e utopia**. A educação no labirinto dos novos tempos. Petrópolis: Vozes, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 5.ed.,v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Seminário coloca a educação como parte do processo de reforma agrária.** 2010**.** Disponível em: <www.incra.gov.br/portal/index>. Acesso em 12 de out. 2011.

LUCKESI, Cipriano; BARRETO, Elói; COSA, José; BAPTISTA, Naidison. **Fazer universidade:** uma proposta metodológica. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **O poder da ideologia**. 2. reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MOLINA, Mônica C. Entrevista. Maria Antônia de Souza. **Revista Caderno de Pesquisa**: pensamento educacional. v.4, n.8, jul/dez. 2009. Disponível em: www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/edicoes.html>. Acesso em: 25/01/2010.

PEREIRA, Julio E. D. Derrubando as cercas do conhecimento: a educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). **Revista Currículo Sem Fronteiras**. V.3, n.1, p. 28-49, jan/jun 2003. Disponível em: < curriculosemfronteiras.org>. acesso em 23/08/2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SOUZA JÚNIOR, Justino. Omnilateralidade. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>. Acesso em 07 de Nov. 2011.

TAFFAREL, Celi Zulke; SANTOS JÚNIOR Cláudio de Lira. **Balanço político e continuidade da ação PRONERA 10 anos de resistência -** uma contribuição ao debate. Disponível em: < http://www2.faced.ufba.br/educacampo/educacampo/pronera/b_p_c_a_p_10_a_r/>. Acesso em Set./2011.